

Deputado acusa prefeito de violência

PAU D'ARCO
Fernando Coimbra
atacou José Maurício,
do PMDB, de fazer
ameaça a ex-prefeito

“Ladrão, imoral, assassino. Eu não descansarei enquanto ele não estiver atrás das grades. Lugar de bandido é na cadeia”. A declaração é do deputado estadual Fernando Coimbra (PSD), que elevou o tom e silenciou o plenário da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), ontem de manhã, ao denunciar crimes de ameaça e de corrupção na gestão do prefeito de Pau D'Arco, José Maurício de Andrade Cavalcanti Junior (PMDB).

O deputado, que tem imunidade parlamentar, narrou, em detalhes, o crime de “grave ameaça” que teria sido cometido contra o ex-prefeito de Pau D'Arco Luciano Guedes, seu concunhado, na madrugada do último domingo, 26, no município. Com a cópia em mãos do requerimento para instauração de procedimento criminal contra Maurício Cavacanti, ele contou que por volta de 1h da madrugada, o prefeito de Pau D'Arco, conduzido por um funcionário de prenome Fernando, em um carro Renault Duster de cor cinza, cortou a frente do veículo de Luciano, na rodovia BR-155, impedindo-o de prosseguir. Cavalcanti desceu do carro, forçou as maçanetas, bateu no vidro e forçou a saída de Luciano do veículo.

“Só não houve dois assassinatos porque o carro de Luciano era blindado”, disse o deputado, referindo-se ao risco de morte do ex-prefeito, “por motivos políticos”, assegurou o parlamentar e, ainda, por causa da presença de uma menor de idade, que pegava carona com Luciano Guedes, a pedido de seu pai, Leonildo

Gonçalves, conforme narrou o deputado. O deputado afirmou que Cavalcanti estava embriagado e acompanhado de outros veículos, num total de 20 pessoas, que também descaram dos carros e ameaçaram o ex-prefeito. Luciano Guedes acionou a Polícia Militar pelo 190, por meio de seu aparelho celular. Três PMs chegaram ao local, mas, segundo o deputado, apenas “se postaram ao lado da porta do motorista, sem tomar qualquer providências”. O ex-prefeito, então, acionou novamente a PM, e desta vez, recebeu cobertura de uma viatura da PM e outra da Polícia Civil. O próprio delegado de Pau D'Arco teria desobstruído a passagem do veículo e escoltado Luciano Guedes até Redenção, onde foi registrada a ocorrência.

“Eu quero denunciar as atrocidades que estão sendo cometidas por Maurício Cavacanti. Peço à Mesa Diretora que encaminhe aos Tribunais de Justiça do Pará e Maranhão, pedido de celeridade às dezenas de processos em que este senhor é réu. Peço ao Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas dos Municípios rigor na fiscalização desta gestão em Pau D'Arco. Ele está saqueando os cofres públicos. Qualquer coisa que venha a acontecer a responsabilidade de mandar é de Maurício Cavalcanti”, disse Coimbra, reeleito à Alepa com quase 45 mil votos, boa parte deles conquistados em Pau D'Arco, município em que, pela segunda vez consecutiva, foi o deputado estadual mais votado.

O parlamentar apresentou ainda uma lista de processos de ações de execução fiscal contra o gestor de Pau D'Arco no Judiciário do Pará e do Maranhão, por crimes contra a ordem tributária e de sonegação, na condição de sócio das empresas Aky Discos Tapes Ltda. e Bis Discos e Tapes Ltda.

NEGATIVA
O prefeito de Pau D'Arco, Maurício Cavalcanti, negou todas as acusações, reportagem de O LIBERAL por telefone. Ele inverteu os fatos. Disse que dormia em sua residência no município, quando foi avisado por correigionários que Luciano Guedes e amigos estariam comprando votos em vários bairros da cidade. “Fui eu que chamei a polícia para ir ao encontro deles. Nós nos depáramos com eles na estrada e a PM chegou em seguida. Não existe nada disso de ameaça. O Fernando e o Luciano e a tropa deles é quem têm essa prática”, assegurou o prefeito.

Ele disse que procuraria tomar ciência do teor das denúncias e que acionaria sua assessoria jurídica para se desfende e representar contra os denunciante.

ESTRADAS

Na segunda sessão da Assembleia Legislativa após o fim do período eleitoral, os deputados Sidney Rosa (PSB) e Tetê Santos (PSDB) pediram medidas urgentes do Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transportes (Dnit) no Pará, em relação ao excesso de lombadas nas rodovias federais que cruzam o Estado e à reconstrução da ponte sobre o rio Aratú, na BR-230. Ambos iniciaram articulações para exigir providências do Dnit, em audiência em Brasília. A deputada apresentou moção solicitando especial atenção e empenho do órgão federal ante a situação da população da Transamazônica.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE IMPRENSA

Press Clipping
JORNAL O LIBERAL

Data: 30/10/2014

Caderno: Esportes 2



3 Tornozeleira eletrônica para vândalos do futebol

Quatro líderes de torcidas já usam tornozeleira eletrônica no Rio Grande do Sul, por decisão da Justiça. E só assim passaram a cumprir a transação disciplinar pela qual estão impedidos de comparecer aos estádios. O sucesso da medida vai levá-la a todas as regiões do país. Em Belém a possibilidade já está em estudo. Quase um terço dos infratores paraenses que fizeram transação disciplinar com o Juizado do Torcedor, desde fevereiro de 2013, deixou de cumprir. Alguns infratores não só deixaram de ser apresentar no quartel da Polícia Militar e voltaram ao Mangueirão como reincidiram e voltaram à presença do juiz. Os descumpridores perderam o benefício da transação

disciplinar e foram processados por crime. Diante disso, a tornozeleira eletrônica aparece com instrumento necessário ao cumprimento da lei. O problema é o custo: R\$ 400,00 por mês, cada, para os cofres públicos. Com ou sem tornozeleira eletrônica, as autoridades precisam encontrar uma forma de fazer cumprir a lei (Estatuto do Torcedor), sob pena de descrédito absoluto. A gravidade do problema pode ser medida pelo ocorrido na última segunda-feira, quando um Re-Pa de futsal sub 20, promovido como evento pela paz, foi suspenso aos 15 minutos do 1º tempo por causa da batalha campal de vândalos, dentro e fora do ginásio. Pura selvageria.